

Federação Nacional dos Urbanitários

A falta de água na Região Metropolitana de São Paulo

O risco iminente de racionamento no fornecimento de água que se vive hoje na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) está relacionado aos baixos níveis de armazenamento de água nas represas do sistema Cantareira, que estavam com apenas 18,2% de sua capacidade em 19 de fevereiro, o mais baixo desde a sua implantação. O fenômeno decorre do regime de chuvas atípico neste verão, muito abaixo das médias históricas e as altas temperaturas que provocaram o aumento do consumo. Porém, a possibilidade de racionamento é consequência também de problemas estruturais no conjunto do sistema de abastecimento, que opera sem nenhuma margem de segurança para fazer frente a eventos climáticos adversos.

O sistema Cantareira é o mais importante da RMSP, fornece 33 mil litros de água por segundo ($33\text{m}^3/\text{s}$) que abastecem cerca 8,1 milhões de pessoas da Zona Norte, Central, partes das Zonas Leste e Oeste da capital, bem como os municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Osasco, Carapicuíba e São Caetano do Sul, além de parte dos municípios de Guarulhos, Barueri, Santana do Parnaíba e Santo André, o que corresponde a 44% da população da região metropolitana.

As águas que formam o Cantareira são, na sua maior parte, provenientes das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). Algumas nascentes estão localizadas no Estado de Minas Gerais o que resulta na necessidade de autorização (outorga) federal para derivação dessa água das bacias de origem para a bacia do Alto Tietê, que equivale, aproximadamente, à RMSP. A outorga, que vence em agosto de 2014, quando precisa ser revista, prevê a reversão de $33\text{m}^3/\text{s}$, restando $5\text{m}^3/\text{s}$ na bacia do PCJ.

A Sabesp é a responsável pelo fornecimento de quase a totalidade de água para a RMSP, faz a distribuição no varejo em 32 municípios, inclusive a Capital e seis cidades compram água no atacado (Santo André, Diadema, São Caetano do Sul, Guarulhos, Mogi das Cruzes e Mauá). Santa Isabel tem sistema próprio.

A empresa, conforme informação no seu site, fornece $67\text{m}^3/\text{s}$ provenientes de oito sistemas de produção que consiste na reservação, captação, transporte e tratamento, que atendem cerca de 20 milhões de pessoas. Porém essa produção de água é insuficiente. Para ampliar a oferta está sendo implantado, por meio de Parceria Público Privada (PPP), o Sistema São Lourenço. Com captação em Ibiúna, a água irá percorrer a distância de 83 quilômetros e a produção, daqui a três anos, será de $4,7\text{m}^3/\text{s}$.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental deste projeto, o Sistema Integrado de Abastecimento de Água da RMSP operou no ano de 2010 com disponibilidade de $68,1\text{m}^3/\text{s}$, inferior a demanda média estimada de $69,6\text{m}^3/\text{s}$, ou seja, garantia de 95%. Só não faltou água por que a situação hidrológica era favorável e os sistemas produziam além de sua capacidade nominal. Ainda segundo o estudo, a diferença entre disponibilidade e demanda pode chegar em 2015 a um déficit estimado entre $3,4$ e $5,8\text{m}^3/\text{s}$.

Isto explica a crônica falta de água ou a intermitência no seu fornecimento, em quase todos os verões, nos bairros da RMSP situados em altitudes mais elevadas, naqueles que tiveram maior adensamento populacional e nas regiões de expansão e ocupação mais recente.

Os atuais problemas relacionados ao abastecimento de água da RMSP não se restringem a alta do consumo em razão das altas temperaturas e a falta de chuvas. Há graves problemas estruturais que não foram e não estão sendo enfrentados por omissão da Sabesp e do governo do Estado.

A forma como a região se desenvolveu é outra grande causa desta situação. A falta de planejamento metropolitano integrado, as ocupações de áreas de mananciais e de várzeas por falta de política habitacional adequada, os baixos índices de coleta e tratamento dos esgotos que são despejados in natura nos córregos e rios, a falta de investimentos na busca de novas fontes de abastecimento e a ausência de planos de contingência para atendimento da demanda em situação de crise interferem de forma significativa nos problemas de abastecimento de água.

Neste cenário, toda e qualquer ocorrência fora dos padrões normais gera crises, previsíveis, que poderiam ser melhor enfrentadas ou até mesmo evitadas por medidas preventivas. Devido à baixa disponibilidade hídrica na Bacia do Alto Tietê a gestão da água deve ir além da RMSP e abranger toda a macrometrópole paulista que inclui, entre outros, o Vale do Paraíba, Sorocaba, Baixada Santista e Campinas.

Campanhas para redução de consumo de água são positivas e deveriam ser permanentes, não apenas em momentos de crise, independente se a diminuição do faturamento, devido à economia de água, possa afetar a rentabilidade da Sabesp, que é uma empresa de economia mista,

controlada pelo Estado, porém com metade das ações negociadas no mercado, inclusive na Bolsa de Nova York. A companhia obteve lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão em 2012 e receita líquida de R\$ 10,7 bilhões.

Trata-se de medida tardia lançar uma campanha publicitária quando já estamos à beira do colapso. Além disso, o desconto oferecido aos usuários abastecidos pelo sistema Cantareira deveria ser estendido a toda Região Metropolitana, na medida em que a economia de água nos demais sistemas pode possibilitar o envio da água poupada para parte da área abastecida pelo Cantareira. A explicação para essa medida não ter sido estendida para toda a RMSP é, novamente, a mesma: reduzir consumo e tarifa significa reduzir receita e, consequentemente, lucro.

Educar as pessoas para que mudem seus hábitos em relação ao consumo de água é salutar, porém, existe uma grande diferença entre conscientizar e responsabilizar, mesmo subliminarmente, o cidadão pela ameaça de racionamento. Ainda mais por parte de uma empresa que opera com elevadas perdas de água.

A primeira condição para a SABESP pedir para a população economizar água é ela própria evitar o desperdício. Infelizmente não é isso que acontece. A ARSESP- Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo, que tem a atribuição de fiscalizar a SABESP, apurou que no caminho entre os reservatórios e os domicílios as perdas de água foram de 31,2% em 2013. Para cada 100 litros retirados das represas menos de 70 chegam ao seu destino. Tão grave quanto esta perda de água, suficiente para abastecer a população da cidade do Rio de Janeiro, segunda maior cidade do país, é a manipulação de números praticada pela SABESP que divulga 24% como o índice de perdas na região metropolitana, ou seja, 7% a menos.

A grande mídia, com seu poder de inserção, também cria um sentimento de culpa e responsabilidade sobre a dona de casa e o cidadão comum pelos problemas no abastecimento. Desempenharia papel mais relevante se trouxesse para o debate questões que abordassem, por exemplo, a questão das perdas e os problemas estruturais do sistema para criar um sentimento na opinião pública que obrigasse os verdadeiros responsáveis a tomar providências de mais longo prazo.

"Há males que vem para o bem", já diz o ditado. Esperamos que essa crise no abastecimento de água que afeta a Região Metropolitana de São Paulo, a principal do país, e demais regiões do seu entorno que integram a macrometrópole paulista, e parte do interior, sirva para fazer que o Estado e a sociedade deem a devida importância ao tema.

Edson Aparecido da Silva

Sociólogo e Coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental

Ricardo Guterman

Sociólogo

Portal da CUT

Sem enfrentamento não haverá negociação, diz presidente na CUT a servidores federais
20/03/2014

O alerta foi feito na plenária da CONDSEF que está discutindo nesta quinta (20) o calendário de lutas da campanha salarial unificada de 2014

Escrito por: Marize Muniz

Um governo democrático e popular tem de valorizar os/as trabalhadores/as federais e garantir um serviço público de qualidade. Para conquistar esses avanços, os servidores precisam estar preparados para o enfrentamento e organizados para fazer mobilização e pressão.

Foi com esse chamado para a luta que o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, abriu nesta quinta-feira (20), em Brasília, a plenária nacional da CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) que discutiu o calendário de atividades da campanha salarial unificada de 2014 dos federais. A pauta foi entregue em fevereiro e o governo ainda não abriu um processo efetivo de diálogo.

Para Vagner, a negociação só avançará se a categoria demonstrar unidade, capacidade de organização e mobilização para pressionar o governo a abrir as negociações.

"É preciso fazer uma campanha salarial de enfrentamento, de massa para o governo abrir as negociações. Não é conversando com o governo que vamos resolver o problema. Se não tiver mobilização dos/as trabalhadores/as, não tem jeito".

Na avaliação do presidente da CUT, a luta dos servidores públicos federais tem pelo menos três focos: 1) cobrar o compromisso do governo eleito pelos trabalhadores/as porque tem um projeto que se identifica com os direitos da classe trabalhadora; 2) lutar contra o preconceito de parte da sociedade; e, 3) lutar contra os projetos de conservadores que defendem o estado mínimo.

Para Vagner, o que justifica o enorme preconceito da sociedade contra os servidores é a campanha midiática que defende a diminuição do tamanho do estado, ou seja, demitir servidores.

O compromisso do governo com a classe trabalhadora é garantir serviço público de qualidade e trabalhadores bem remunerados, disse o dirigente. "Isso só se efetivará com investimentos nos servidores e melhoria das condições de trabalho".

A CONDSEF entregou a pauta ao governo em fevereiro. Entre as demandas mais urgentes estão reajuste em benefícios como auxílio-alimentação, creche, saúde suplementar e a antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015.

Até agora, os negociadores só ouviram os gestores do governo falar sobre as dificuldades orçamentárias. Nada sobre a necessidade de correções salariais, até mesmo por conta do avanço da inflação sobre o acordo feito no ano passado.

Em seu discurso hoje cedo, o presidente da CUT dizer que não é possível aceitar a argumentação - ou desculpa - de que o orçamento não prevê recuperação de salários dos servidores federais.

"Não existe qualquer possibilidade de aceitarmos a argumentação de que o Orçamento impede a recuperação dos salários. Governo é uma questão de opção. Você coloca no orçamento aquilo que é importante. Não dá para dizer que não tem condição orçamentária para valorizar os servidores".

Para Pedro Armengol, diretor da CUT e da CONDSEF, o mais preocupante, independentemente das dificuldades de ordem orçamentárias e financeiras apresentadas pelo governo para atender a pauta dos trabalhadores, é a postura de indiferença para com os trabalhadores do serviço público que não constitui um efetivo processo negociação.

"A democratização das relações de trabalho no setor público, só avançará com o reconhecimento do conflito por parte dos governos e a instituição efetiva do direito à negociação no setor público".

Por isso, argumenta o dirigente, é mais do que urgente a regulamentação da Convenção 151 da OIT, desde 2010 já aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro e ainda não regulamentada. Essa convenção estabelece o princípio da negociação coletiva nas esferas nacional, estadual e municipal.

Portal da CUT

Greve da Educação: 2500 pessoas realizam ato no Palácio do Planalto

20/03/2014

Manifestantes querem audiência com presidenta Dilma para discutir pauta dos trabalhadores

Escrito por: CNTE

Professores e funcionários da rede pública de todos os estados brasileiros unidos pela educação de qualidade: 2500 pessoas se reuniram na tenda montada em frente ao Congresso Nacional nessa quarta-feira (19), terceiro dia de paralisação nacional da Educação. A concentração dos trabalhadores começou cedo e com muita expectativa.

A pauta da greve é objetiva: os profissionais exigem cumprimento da lei do piso, carreira e jornada para todos os trabalhadores, investimento dos royalties de petróleo em valorização, votação imediata do Plano Nacional de Educação, destinação de 10% do PIB para a educação pública, e lutam contra a proposta dos governadores de reajuste do piso e contra o uso do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como base para correção.

Uma marcha saiu pela Esplanada em direção ao Palácio do Planalto, num protesto pacífico pela valorização do educador e a garantia de uma escola pública de qualidade. O objetivo é pressionar o Planalto para conseguir uma audiência com a presidenta Dilma Rousseff.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) estima a adesão de 65% da categoria. Isso representa quase 2 milhões de educadores e mais de 30 milhões de estudantes da educação básica. O fim da greve nacional, entretanto, não significa volta às aulas. Muitos estados continuarão em paralisação.

Confira a adesão de alguns sindicatos:

SINTEAL/AL

19/03 - participação de Ato Nacional em Brasília (DF) e Assembleia da rede municipal de Maceió

20 e 21/03 - continuidade da greve na rede estadual (caso não haja negociação ou definição do atendimento à pauta)

21/03 - Assembleia de avaliação para encaminhamento da luta

SIMMP/VC/BA

Dia 19 - Atividade de Formação, no auditório do Colégio Modelo

APEOC/CE

Dia 19 - Feriado em todo o Estado do Ceará, dia de São José padroeiro do estado

SINDIUPES/ES

Serra

Dia 19:

14h - Assembleia no Centro de Treinamento de Carapina

SINTEGO/GO

19/03 - caravana à Brasília saindo da Praça do Trabalhador em Goiânia

SIND-UTE/MG

19/03 - a categoria participa de duas frentes. Caravanas partirão de todas as regiões do Estado rumo a Brasília, para participar da manifestação da CNTE. Paralelamente, educadores de toda Minas Gerais participam, às 16 horas, de Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que discutirá a Campanha Salarial 2014 da categoria, com mobilização de toda a comunidade escolar.

SINTEPP/PA

25/03 - 15h: Assembleia geral da rede estadual - CCNT/UEPA

SINTEM - João Pessoa/PB

19/03 - Paralisação total

SINTEP/PB

25/03 - Assembleia geral da rede estadual na sede do SINTEP/PB

SINTEPE/PE

Dia 19 - Mobilização nos meios de comunicação com envio de e-mail para o Governador, Prefeitos, Secretários e Deputados Federais e Estaduais e Senadores, denunciando a situação das escolas

APP/PR

19/03 - Grande ato em Curitiba, com concentração a partir das 9h, na Praça Santos Andrade, e caminhada rumo ao Palácio Iguaçu

SISMMAC/PR

Dia 19 - Mobilização em frente ao Paço Municipal e Assembleia Extraordinária

SISMMAR/PR

Dia 19 - Paralisação das atividades

SINTE/RN

Em Greve desde 29/01

Dia 19 - Assembleia da Rede Estadual

CPERS/RS

Dia 19 - Ato Estadual, com concentração às 10h00 em frente ao CPERS/Sindicato

SINTERG/RS

Dia 19 - Panfletagem e plebiscito no Largo Dr. Pio e Câmara dos Vereadores e Prefeitura

SINPROSM/RS

Dia 19 - Paralisação das atividades

SINPROCAN/RS

Dia 19 - Paralisação das atividades

APEOESP/SP

Dia 19 - Atos Públicos defronte às Diretorias de Ensino

Dia 20 - Reunião de Representantes de Escolas

Portal da CUT

Metroviários/as paralisam atividades em Belo Horizonte

20/03/2014

Categoria sai em passeata pelas ruas do centro da capital em protesto contra privatização do metrô
Escrito por: Rogério Hilário/CUT-MG

"Não, não, não, não à privatização, metrô de BH pertence ao povo." Com estas palavras de ordem, metroviários e metroviárias saíram em marcha pelas ruas do Centro de Belo Horizonte, na manhã desta quarta-feira (19), em direção à Procuradoria Regional do Trabalho, no bairro de Lourdes. Lá, em ato público, aguardaram o resultado da terceira audiência pública entre os dirigentes do Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais (Sindimetro-MG), representantes da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBUT) e da Metrominas. Representantes da CBTU negaram conhecer iniciativas que visem a privatização do metrô de Belo Horizonte. Depois da audiência, a categoria realizou assembleia em frente à Procuradoria e decidiram retornar às atividades nesta quinta-feira (20).

Metroviários e metroviárias paralisaram totalmente as atividades em Belo Horizonte, nesta quarta-feira, por 24 horas. Todas as estações ficaram fechadas. Eles questionam o projeto de parceria público privada do metrô da capital mineira, são contra a privatização e exigem

informações sobre o destino de trabalhadores e trabalhadoras. Nesta quarta-feira (19), a categoria também acompanhou julgamento, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), de liminar da Justiça que determinou a escala mínima de 70% nos horários de pico e de 50% nos demais horários, sob pena diária de R\$ 50 mil ao Sindimetro-MG. O TRT manteve a multa.

De acordo com a presidente do Sindimetro-MG, Alda Lúcia Fernandes Santos, a CBTU e a Metrominas, nas audiências anteriores, não deram qualquer informação e o Sindicato, muito menos, foi chamado para participar das negociações a respeito do projeto de PPP.

A presidenta da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT-MG), Beatriz Cerqueira, e Shakespeare Martins de Jesus, da CUT Nacional, acompanharam a manifestação de metroviários e metroviárias. "Cumprimento a todos os trabalhadores e trabalhadoras e ao Sindimetro pelo movimento. Trago o apoio e à solidariedade da CUT e de educadores e educadoras, que participam de greve nacional desde a segunda-feira. É o momento de mostrar à população os problemas do transporte público. Desejo sucesso a vocês na luta e estaremos juntos sempre", disse Beatriz Cerqueira.

Diap, 21/03/14

PEC do Trabalho Escravo segue para votação em 1º turno no Senado

Sob a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, do Senado Federal, o colegiado aprovou, nesta quarta-feira (19), parecer do relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), favorável ao texto, com emenda de redação à PEC 57A/99, que pune a prática do trabalho escravo.

O novo parecer do relator, ao invés de rejeitar, resolveu acolher a alteração como emenda de redação, à proposta que permite a expropriação de terras onde haja exploração de trabalho escravo. A emenda acrescenta a expressão "definido em lei" logo após a menção à exploração do trabalho escravo.

Segundo explicou o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ? que também intercedeu pelo acolhimento da alteração junto ao relator ? seu acréscimo tem o objetivo de impedir que uma eventual infração trabalhista seja confundida com trabalho escravo.

A matéria retorna agora ao plenário do Senado para ser submetida à votação em primeiro turno. Assim, a proposta ficará sobre a Mesa Diretora da Casa por cinco sessões, ao fim das quais vai a votos. Para ser aprovada necessita de 49 votos favoráveis.

Diap, 21/03/14

Aprovada portabilidade de financiamento concedido com recursos do FGT

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou, nesta quarta-feira (19), a possibilidade de portabilidade de financiamentos habitacionais concedidos com recursos do fundo.

"Com isso buscamos incentivar a redução dos juros praticados pelos bancos e damos ao trabalhador a possibilidade de buscar a instituição que lhe ofereça melhores condições de financiamento", explicou, por meio de nota da assessoria de imprensa, o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias.

A portabilidade é disciplinada na Lei 12.810/13 e pela Resolução 4.292/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN), porém as normas não consideram as condições específicas do FGTS que opera com as menores taxas de juros, que pode chegar a 2,16% a.a.

Outra matéria aprovada nesta quarta pelo conselho foi manutenção em 1% do patrimônio do FGTS da taxa de administração paga à Caixa como remuneração pelos serviços prestados. Com esse recurso, o banco terá que custear ainda serviços referentes aos correios e postagens eletrônicas, que até então eram financiadas pelo fundo.

Além disso, determinou à Caixa que apresente semestralmente um demonstrativo das despesas segregadas do Grupo de Apoio Permanente (GAP) do FGTS e de fazer avaliação dos indicadores de desempenho dos serviços prestados. (Fonte: *Valor*)

Portal da CTB

Bancários da Bahia fazem protesto contra calote da PLR no HSBC

Enquanto os manifestantes chamavam a atenção dos clientes para o calote dado pela empresa no pagamento da segunda parte da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), a direção regional convocou todos os vigilantes do prédio para ficar na cola dos bancários, deixando as pessoas que circulam pelo local sem qualquer segurança.

Achando pouco ainda acionou duas viaturas da polícia militar, que deveriam ser utilizadas para proteger a população e não para atender a interesses privados. Evidentemente que os diretores do Sindicato não se intimidaram e, mesmo com a tentativa de proibição do jornal do cliente, continuam com o ato, que vai durar o todo o dia.

Em discurso, o vice-presidente do SBBA, Augusto Vasconcelos, fez um alerta para o envolvimento do banco em fraudes em diversos países. No Brasil, recentemente, o HSBC foi condenado por espionar os funcionários e agora some com o benefício do trabalhador.

Entenda o caso

O protesto faz parte da campanha estadual dos funcionários do HSBC pelo pagamento da segunda parcela da PLR. A organização financeira simplesmente sumiu com o dinheiro do bancário. O prazo para o crédito acabou no dia 3 de março, mas até hoje o valor referente ao benefício não foi depositado.

O calote não para por aí. A empresa divulgou despesa de R\$ 295 milhões com a Participação nos Lucros e Resultados, mas só usou R\$ 90 milhões. Ou seja, faltam R\$ 205 milhões.

“O banco tenta fazer a gente de palhaço. Por isso, nossa campanha é permanente. Temos o direito de saber onde foi parar o benefício”, completa o diretor do SBBA, Elder Perez.

Portal da CTB

Exportadora de banana deve demitir mais de 6 mil trabalhadores no RN e CE

Cerca de 6.200 pessoas deverão ser demitidas no Rio Grande do Norte e no Ceará com a saída da empresa Del Monte Fresh Produce Brasil do mercado internacional de banana.

Principal exportadora do produto em solo potiguar, a Del Monte informou que deverá manter em torno de 700 dos 6.900 empregados no RN e CE, corte de quase 90% no número de colaboradores. O número é equivalente a 3,5 vezes o total de trabalhadores contratados por todo o setor agropecuário nos dois estados, em 2013, que foi de 1.806. A empresa não detalhou em quanto tempo as demissões vão ocorrer nem o total de trabalhadores que serão dispensados apenas no Rio Grande do Norte.

A direção da empresa alega que a entrada de seu produto na Europa é obstaculizada pelo fato da produção de outros países não encontrar barreiras à entrada, o que torna seu produto 40% mais caro.

E claro, sempre sobra pro que pode menos...

Texto e charge: Marko Ajdaric

Portal da Força Sindical

Começa a negociação da Convenção Coletiva dos telefônicos com data-base 1º de abril

Começou o processo de negociação da Convenção Coletiva 2014/2015 das empresas com data-base 1º de abril. Os dirigentes do Sintetel se reuniram com os representantes do sindicato patronal Sinstal em 18 de março.

Neste primeiro encontro entre as partes, ficou definido o calendário de negociações. A intenção do Sintetel é finalizar todo este processo ainda no mês de abril. Entre as principais reivindicações estão reajuste salarial acima da inflação, aumento do piso por função e assistência médica/odontológica com participação dos trabalhadores de apenas 1%.

A Campanha Salarial das prestadoras envolve cerca de 40 mil trabalhadores de empresas como Icomon, TEL, EGS, Líder, Huawei, Ability, Daruma, Icatel, Splice, entre outras.

Portal da CSB

Projeto para criação do Conselho Nacional dos Técnicos Agrícolas e Industriais será encaminhado ao MTE

Comissão ministerial se mostrou favorável à unificação das duas categorias em um único conselho. Sindicatos reivindicam que haja conselhos separados

Na última segunda-feira, dia 17, foi realizada a última reunião da Comissão Ministerial do MTE para formação dos Conselhos Nacionais dos Técnicos Agrícolas e Industriais, no Maranhão. Estiveram presentes o deputado Federal Weverton Rocha e os componentes da comissão: Vitorio Alves Freitas, Tabajara Guedes Bittencourt, Fábio Bastitela e o Helio Ricardo Macedo Faulstino. Na reunião foram avaliadas as reivindicações das duas categorias, agrícola e industrial.

Neste encontro, os representantes do Ministério do Trabalho e Emprego se mostraram favoráveis à criação de um único conselho nacional que reunirá tanto a categoria dos técnicos agrícolas como a dos industriais. No entanto, ambas as categorias desejam que sejam criados conselhos separados devido às especificidades de cada profissão. “Entendemos a decisão da comissão em unificar, mas não desistimos da nossa ideia principal que é de que cada categoria tenha a sua representatividade. Caso não sejamos atendidos, gostaríamos que os técnicos agrícolas e industriais obtenham o mesmo poder de decisão independente da representatividade de classe”, disse Wennder Robert Rocha, presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Maranhão (SINTAG/MA).

A Comissão Ministerial irá encaminhar até o dia 21 de março o projeto final para apreciação do ministro do Trabalho, Manoel Dias. O prazo para aprovação é de 60 dias, podendo ser renovado para mais 60. Durante seis meses o grupo coletou dados sobre as necessidades de cada categoria para formatar os argumentos e justificar a desvinculação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). "Com esse estudo e com a união das classes, acreditamos que, depois de mais de 10 anos de lutas para a criação do nosso conselho, finalmente veremos essa ideia se concretizar. Temos que reforçar que, com o desligamento do CREA, poderemos fiscalizar melhor a condição de trabalho dos técnicos agrícolas e também lutar por mais direitos da categoria", explica o presidente do SINTAG/MA.

Portal Mundo Sindical

Sindicato diz que cerca de 5 mil servidores aderiram à greve em SC

Os dados do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe) mostram que pelo menos 5 mil servidores estão em greve no estado, conforme mostrou a reportagem do RBS Notícias (veja vídeo ao lado). Na capital, houve mobilização na tarde desta quarta-feira (19), em frente ao Teatro Ademir Rosa. Servidores de outras cidades também organizaram protestos.

Entre os setores que aderiram à paralisação estão as secretarias de Turismo, Cultura e Esporte, Fundação de Educação Especial, Instituto de Metrologia (Imetro) e Fundação do Meio Ambiente. A Secretaria de Justiça e Cidadania também registrou adesão de setores como de agentes penitenciários. Em algumas pastas, a adesão é parcial.

Nesta quarta (19), a Justiça considerou ilegal a greve do Imetro e pediu que os servidores voltem ao trabalho. A decisão, conforme o governo do Estado, é do desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz. A Justiça também concedeu uma liminar favorável à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que pediu a manutenção de pelo menos 30% dos agentes penitenciários, que aderiram à paralisação nesta semana.

Na Educação estadual, os professores estão em estado de greve. Porém, conforme o sindicato, vão decidir se paralisam as atividades no dia 15 de abril.

"A reivindicação dos trabalhadores tem data base anual. Se o governo não cumpre a data base, ele joga a categoria para a greve e isso é um fator principal da greve hoje", disse Mário Antonio da Silva, secretário-geral do Sintespe. Servidores federais

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, a biblioteca e o Restaurante Universitário foram fechados nesta quarta-feira (19). Os campi de Araranguá e Joinville também podem paralisar as atividades.

Fonte: João Salgado/G1 - 20/03/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato de Uberaba apresenta outra contraproposta do Codau para os servidores decidirem se mantêm ou não a greve

Os servidores do Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba (Codau) estão com indicativo de greve, por tempo indeterminado, até que a administração pública atenda à pauta de reivindicações. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e Esgoto (Sindae), Jasminor Francisco Costa, na manhã de ontem (19), os servidores decidiram deflagrar greve, mas, assim que o presidente Luiz Guaritá Neto tomou conhecimento do fato, convocou o sindicato para outra reunião à tarde, quando foi apresentada outra contraproposta.

"Hoje (20), às 7h, no R2 (Fabrício), irei apresentá-la aos servidores e caberá à categoria definir se será mantida a posição inicial de deflagrar greve ou irão acatar a proposta", afirmou.

Já sobre os servidores do Codau estarem trabalhando em "operação tartaruga" porque não têm posição da administração pública sobre a pauta, o sindicalista descartou essa hipótese, garantindo que os funcionários exerceram sua função normalmente na quarta-feira. Como existe indicativo forte de greve, a reportagem do JU questionou se o sindicalista já estava preparando também a escala dos servidores que vão trabalhar durante esse período de negociação entre sindicato e governo em greve e ele respondeu que, assim que for realmente deflagrada a paralisação, começarão a definir essa escala de plantão para dar legalidade à mobilização dos servidores.

Codau – Como as respostas ficaram evasivas, a reportagem do JU entrou em contato com o presidente do Codau, Luiz Guaritá Neto, que explicou que, na última reunião, foi mantida a proposta inicial da prefeitura, que é reajuste salarial de 5,93% e aumento de R\$ 50,00 no tíquete-alimentação. Contudo, revelou que nesse encontro foram feitas algumas considerações específicas e apresentaram um ganho na produtividade e auxílio-educação, que antigamente era um percentual

de 8% sobre o salário, mas, agora, terá um valor fixo de R\$ 170,00. "Sabemos que, com essa proposta, estamos dando um incentivo maior para eles se capacitarem profissionalmente. Antigamente, o valor era 8% do salário. Como muitos ganham um salário mínimo, o montante acabava sendo pouco. Contudo, agora, esse valor é fixo e eles terão mais condição de investir no seu aprimoramento", explicou.

Ainda no encontro, o presidente informou que voltou a reforçar ao sindicato que a prefeitura é um todo e não somente o Codau, por isso, espera que eles revejam sua posição na assembleia de hoje sobre o indicativo de greve. "Nós estamos fazendo o máximo possível em todas as conjunturas para atender aos servidores, mas a autarquia não é separada da prefeitura. Eu sei que a questão de valorização do servidor, muitas das vezes, é vista exclusivamente no item salarial, mas tem várias coisas que estão sendo feitas para os funcionários, como, por exemplo, uma nova sede, a construção do refeitório e aquisição de máquinas novas para trabalharem e espero que eles entendam isso", completou.

Fonte: Jornal de Uberaba - 20/03/2014

Portal Mundo Sindical

Greve dos professores da rede estadual é encerrada em Pernambuco

Os professores da rede estadual de ensino voltaram a dar aulas nesta quinta-feira (20) após paralisação nacional da segunda (17) até a quarta (10). De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), a categoria se reúne a partir das 10h com a Secretaria de Administração (SAD) do Governo de PE.

A assessoria de imprensa do Sintepe explicou que a reivindicação era por um reajuste superior ao que o governo cedeu, que foi de 8,6%. A previsão inicial era de 19%, mas o valor foi revisto para menos da metade. A categoria também pede revisão do plano de cargos e carreira, pois a diferença salarial entre quem tem curso superior e magistério foi reduzida - hoje é de 5% e o sindicato quer que seja de 15%.

Após a reunião desta quinta, a categoria irá realizar assembleia na próxima quarta (26), na qual será avaliada a proposta do governo. Caso não seja aceita, haverá uma nova negociação com a SAD.

Em nota, a Secretaria de Educação e Esportes do Estado (SEE) informou que a adesão à greve, nas escolas da rede, foi de 19% - das 1.058 unidades, 200 aderiram parcial ou totalmente ao movimento. Para a Secretaria, isso ocorreu porque Pernambuco já cumpre integralmente a pauta de reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à qual é vinculado o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe). No estado, segundo a SEE, tanto a lei do piso quanto o valor do salário e o as aulas-atividades são cumpridos.

A SEE informou também que estabeleceu um reajuste de 8,32% para a categoria em janeiro, pago em folha extra nesta segunda-feira (17), retroativo aos meses de janeiro e fevereiro. As faltas cometidas durante os dias de paralisação serão descontadas.

Pesquisa

Na última segunda (17), o Sintepe divulgou um diagnóstico realizado em 152 escolas estaduais da Região Metropolitana do Recife, apontando a falta de profissionais e de infraestrutura qualificada. O levantamento, feito entre fevereiro e março deste ano, mostra que faltam 104 professores em 14 disciplinas, 66 técnicos educacionais, 115 educadores de apoio e 146 funcionários administrativos. Além disso, a pesquisa também informa que faltam 5.850 bancas escolares e 41 escolas têm biblioteca deficientes, 17 estão com cozinhas precárias e em 112 as quadras de esportes não têm infraestrutura.

O secretário estadual de Educação, Ricardo Dantas, criticou o formato da pesquisa. "Esse tipo de levantamento carece de objetividade. Tem que dizer o problema e onde ele está, porque na maioria dos casos, a gente já tem uma solução", assegurou.

Fonte: G1 - 20/03/2014

Portal da CUT

Com o voto da CUT, júri condena anistia para torturadores da ditadura

19/03/2014

Central integrou julgamento simbólico em SP. Em nome da CUT e dos trabalhadores, o secretário Expedito Solaney votou e pediu revogação de dispositivo da lei que anistia agentes criminosos do Estado

*Escrito por: Vanilda Oliveira - CUT NACIONAL**

"Como posso comparar os agentes civis e militares que, em nome do Estado, entravam nas casas, nos sindicatos e prendiam, torturavam, matavam e ainda desapareciam com os restos

mortais, com as pessoas que resistiam ao regime ditatorial e lutavam por democracia, lutavam por livre expressão, direito de greve, reposição salarial e emprego?”

Dessa forma o secretário nacional de Políticas Sociais, Expedito Solaney, justificou seu voto, em nome da CUT, ao Tribunal Tiradentes III – Julgamento da Lei de Anistia: justiça para os crimes da ditadura, realizado na noite de terça-feira (18), em São Paulo.

Uma das ações realizadas em todo o Brasil para lembrar os 50 anos e os horrores cometidos durante a ditadura militar no Brasil, o Tribunal Tiradentes é um ato político simbólico que tem entre seus objetivos chamar a atenção da sociedade e autoridades nacionais e internacionais aos crimes cometidos durante mais de 30 anos - 1964 a 1985 (*leia mais, abaixo*) - e que seguem impunes por conta da interpretação do texto da Lei de Anistia, promulgada em 1979.

Durante três horas, o julgamento, realizado no Teatro da Universidade Católica de São Paulo, conhecido como Tuca, reuniu quase 700 pessoas, entre representantes dos movimentos sociais, dos trabalhadores e de órgãos públicos.

O resultado não poderia ser diferente: o Tribunal Tiradentes condenou a interpretação da Lei de Anistia (nº 6.683) proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 2010. A legislação foi elaborada 31 anos antes para devolver direitos políticos aos presos e perseguidos pela ditadura militar brasileira e, segundo decisão do STF, vale também para os torturadores.

“Eu condeno a Lei de Anistia como está porque ela foi aprovada graças aos votos de vários senadores biônicos nomeados pelo governo militar. Quero como Júri deste III Tribunal Tiradentes, em nome dos trabalhadores, em nome da CUT que a sentença seja pela imediata revogação do artigo da lei que considerou como abrangidos por ela os crimes de Lesa Humanidade cometidos pelos agentes do Estado, que são imprescritíveis e foram esses tipos de crimes cometidos pelos militares. Ao não julgar e punir esses agentes, a sociedade brasileira admite tortura, morte e violação de direitos fundamentais nas delegacias de polícias, nos presídios nos manicômios judiciários (...)”, afirmou Expedito Solaney, também coordenador da Comissão Nacional, Memória, Verdade e Justiça da Central Única dos Trabalhadores, em parte da justificativa do seu voto (*leia integra abaixo*).

Para Solaney, o dispositivo inserido no texto da Lei de Anistia garantindo impunidade aos responsáveis por torturas e assassinatos cometidos por agentes do Estado ditatorial, é “uma afronta à memória das vítimas e motivo de duradouro sofrimento aos seus parentes e amigos”. O secretário de Políticas Sociais da CUT destaca que o júri não colocou em julgamento a Lei de Anistia. O que foi julgado e condenado, explica, é a interpretação da lei que faz com que se exima de “punição agentes do Estado que torturaram, mataram, estupraram e desapareceram com os corpos de membros da dissidência durante os anos de chumbo”.

Repressão política – “Estamos fazendo um julgamento simulado sobre um aspecto específico da Lei de Anistia: o artigo 1º, parágrafo 1º, que estendeu a anistia aos agentes do Estado”, disse o advogado Eduardo Greenhalg, em fala que deu início ao julgamento. “A questão aqui é a seguinte: os integrantes do aparelho da repressão política podem continuar sendo beneficiários da Lei de Anistia?”

O Tribunal foi formado por seis membros de setores organizados da sociedade que sofreram com a repressão ou lutaram contra as arbitrariedades da ditadura - CUT, União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a classe artística, representada pelo ator Sérgio Mambert. Testemunhas Também participaram de “testemunhas” que deram fé da inaplicabilidade da Lei de Anistia.

O jurista e professor de Direito da USP Fábio Konder Comparato foi o responsável pela acusação diante do júri. “Ao contrário do que falaram, não estou aqui como acusador, mas como defensor daquele que nunca esteve presente nos momentos decisivos da nossa história: o povo brasileiro.”

Durante quase uma hora de discurso, Comparato classificou o golpe de 1964, que deu origem à ditadura, “como fruto de uma aliança entre as elites econômicas, a classe política tradicional, os militares e o imperialismo norte-americano contra o protagonismo popular que então se intensificava no país – e que contava com a chancela do presidente João Goulart”.

Sentença aplaudida de pé– Lida pelo presidente do Tribunal, o jornalista Juca Kfourir, a sentença do Tribunal foi aplaudida de pé ao excluir “do manto protetor da anistia todos os autores de crimes contra a humanidade, tais como homicídio, tortura, estupro, sequestro, desaparecimento forçado, ocultação e destruição de cadáveres de oponentes políticos.

“São também responsáveis todos os agentes públicos que auxiliaram os autores de tais crimes, como médicos e enfermeiros; e todos os agentes estatais mandantes de tais crimes”, proferiu Kfourir. O presidente da corte também responsabilizou todos aqueles que colaboraram na

montagem do sistema de terrorismo de Estado, e os que dentro e fora do governo trabalharam pela aprovação da Lei de Anistia, entendida pelos membros do júri como um perdão autodirigido.

O Tribunal condenou todos os chefes ou integrantes dos órgãos públicos da União que persistem em descumprir os pontos decisórios da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao julgar o caso Gomes Lund. Em 2010, o colegiado da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil por não haver responsabilizado e punido os responsáveis pelo assassinato de mais de 60 pessoas na Guerrilha do Araguaia e também por se valer da Lei de Anistia para barrar investigações e punições aos crimes perpetrados pela ditadura.

O texto da sentença foi entregue por Kfoury ao padre Julio Lancelotti para ser encaminhado ao Papa Francisco e à escritora Maria Rita Kehl, que é membro da Comissão Nacional da Verdade. O objetivo é que o resultado do julgamento do Tribunal de Tiradentes seja incluído no relatório que o grupo pretende apresentar no final deste ano.

Íntegra do voto do secretário Expedito Solaney coordenador da Comissão da Verdade da CUT e representante da Central no Júri

"Eu CONDENO a Lei como está" Justifico meu voto, considerando:

1. O texto da Lei da Anistia foi aprovado por escassa maioria (5 votos) no congresso nacional em 1979 e, sobretudo, graças aos votos de vários **senadores biônicos** nomeados pelo governo militar. Tanto é, que a lei ficou conhecida como de autoanistia aos militares, logo no seu artigo 1, parágrafo 1º que se refere aos crimes conexos. Ora como vou como posso comparar os militares, que em nome do Estado, entrava na casa, nos sindicatos, prendia, torturava, matada e ainda desaparecia com os restos mortais; Com os que, resistiam ao regime ditatorial, com os que, lutavam por democracia, com os que, lutavam por livre expressão, direito de greve, reposição salarial e emprego, com os que, estavam exilados;

2. A falaciosa alegação de que a lei da Anistia foi resultado de um "acordo político" firmado entre ditadura e as oposições - para uma suposta ou alegada "reconciliação nacional" falta com a verdade dos fatos históricos. É um desrespeito para com quem foi pra rua lutar pela lei de anistia na época; a Luta era por anistia ampla, geral e irrestrita. Essa era a consígnia, a palavra de ordem que os trabalhadores, os lutadores do povo propunha. Não tinha por objetivo absorver os agentes da ditadura militar que cometeram atrocidades e graves violações de direitos humanos. Portanto, não somos contra, nem reivindicamos a revogação da lei de Anistia 6.689/79, sabemos da sua importância.

3. Quero como Júri deste III Tribunal Tiradentes em nome dos Trabalhadores, em nome da CUT me somar ao corpo do Júri, ao dr. Fábio Konder Comparato como advogado de acusação da Lei, no sentido, de a sentença seja pela imediata revogação do artigo 1º e seu Parágrafo 1º da referida Lei de Anistia - Lei 6689/79 que considerou como abrangidos por ela os crimes de Lesa Humanidade cometidos pelos agentes do Estado.

4. Crimes de lesa humanidade são imprescritíveis e foram esses tipos de crimes cometidos pelos militares de alta, média patente e seus subordinados. Ao não julgar e punir esses agentes do Estado, sociedade brasileira admite, tortura, morte e violação de direitos fundamentais nas delegacias de polícias, nos presídios nos manicômios judiciais etc.

Finalmente, o Brasil tem o dever de dar o Integral Cumprimento à Sentença Condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos proferida em 2010 sobre a morte e desaparecimento de 60 combatentes presos pelos militares na Guerrilha do Araguaia. A sentença especificamente em relação à Lei de Anistia, determinou a anulação de dispositivos legais que impeçam a punição dos responsáveis por crimes cometidos por agentes públicos, civis e militares durante o período da ditadura militar no Brasil. Neste sentido, concluo solicitando, como Júri deste tribunal, e em nome da comissão memória, verdade e justiça da CUT que a comissão Nacional da Verdade - CNV inclua nas suas recomendações do relatório final, as iniciativas que excluam os militares da Lei de anistia, inclusive o Projeto Lei nº 573 de 2011 de autoria da deputada Luiza Erundina e a sentença deste tribunal.

Sobre a ditadura militar

Em 31 de março de 1964, militares contrários ao governo de João Goulart (PTB) destituíram o então presidente e assumiram o poder por meio de um golpe. O governo comandado pelas Forças Armadas durou 21 anos e implantou um regime ditatorial. A ditadura restringiu o direito do voto, a participação popular e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição.

Na economia, o governo colocou em prática um projeto desenvolvimentista que produziu resultados bastante contraditórios, já que o país ingressou numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerados, sem beneficiar a maioria da população, em particular a classe trabalhadora.

Antes do golpe - Os militares golpistas destituíram do poder o presidente João Goulart, que havia assumido a presidência após a inesperada renúncia de Jânio Quadros (PTN), em 1961. Sua posse foi bastante conturbada e só foi aceita pelos militares e pelas elites conservadoras depois da

imposição do regime parlamentarista. Essa fórmula política tinha como propósito limitar os poderes presidenciais, subordinando o Executivo ao Legislativo. Goulart, contudo, manobrou politicamente e conseguiu aprovar um plebiscito, cujo resultado restituiu o regime presidencialista.

O presidente, entretanto, continuou a não dispor de uma base de apoio parlamentar que fosse suficiente para aprovar seus projetos de reforma política e econômica. A saída encontrada por Goulart foi a de pressionar o Congresso Nacional por meio de constantes mobilizações populares, que geraram numerosas manifestações públicas em todo o país.

Ao mesmo tempo, a situação da economia se deteriorou, provocando o acirramento dos conflitos de natureza classista, entre os que defendiam reformas e distribuição de renda e os opositores a estas medidas. Todos esses fatores levaram, de forma conjunta, a uma enorme instabilidade institucional, que acabou por dificultar a governabilidade.

Nessa conjuntura, o governo tentou mobilizar setores das Forças Armadas, como forma de obter apoio político, mas a medida colocou em risco a hierarquia entre os comandos militares e serviu como estímulo para o avanço dos militares golpistas.

Em 1964, a sociedade brasileira se polarizou. As classes médias, as elites agrárias e os industriais se voltaram contra o governo e abriram caminho para o movimento golpista. Multidão se reúne em frente à Catedral da Sé, na região central de São Paulo, durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964. O movimento foi uma reação do clero conservador, do empresariado e da direita, em geral, contra as reformas do então presidente João Goulart (PTB). O presidente acabou deposto no dia 31 de março no golpe militar.

O marechal Humberto Allencar de Castelo Branco (Arena) esteve à frente do primeiro governo militar (1964 a 1967) e deu início à promulgação dos Atos Institucionais. Entre as medidas mais importantes, destacam-se: suspensão dos direitos políticos dos cidadãos; cassação de mandatos parlamentares; eleições indiretas para governadores; dissolução de todos os partidos políticos e criação de duas novas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reuniu os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu as oposições consentidas.

Em fins de 1966, o Congresso Nacional foi fechado e foi imposta uma nova Constituição, que entrou em vigor em janeiro de 1967. Na economia, o governo revogou a Lei de Remessa de Lucros e a Lei de Estabilidade no Emprego, proibiu as greves e impôs severo controle dos salários. Castello Branco planejava transferir o governo aos civis no fim de seu mandato, mas setores radicais do Exército impuseram a candidatura do marechal Artur da Costa e Silva, que assumiu o poder de 1967 a 1969.

O marechal enfrentou a reorganização política dos setores oposicionistas, greves e a eclosão de movimentos sociais de protesto, entre eles movimento estudantil. Também neste período os grupos e organizações políticas de esquerda organizaram guerrilhas urbanas e passaram a enfrentar a ditadura, empunhando armas, realizando sequestros e atos terroristas. O governo, então, radicalizou as medidas repressivas, com a justificativa de enfrentar os movimentos de oposição.

Censura - A promulgação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, em dezembro de 1968, representou o fechamento completo do sistema político e a implantação da ditadura. O AI-5 restringiu drasticamente a cidadania e permitiu a ampliação da repressão policial-militar. Um ato institucional era um decreto utilizado pelos militares para legitimarem suas decisões.

Na área econômica o novo presidente, Costa e Silva, flexibilizou a maioria das medidas impopulares adotadas por seu antecessor. Costa e Silva não conseguiu terminar seu mandato devido a problemas de saúde. Com seu afastamento da presidência em 1969, os militares das três armas formaram uma junta governativa de emergência, composta pelos três ministros militares: almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da Marinha; general Aurélio de Lira Tavares, do Exército; e major-brigadeiro Márcio de Souza Mello, da Aeronáutica.

Repressão - Ao término do governo emergencial, que durou de agosto a outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici foi escolhido pela Junta Militar para assumir a presidência da República.

O general dispôs de um amplo aparato de repressão policial-militar e de inúmeras leis de exceção, sendo que a mais rigorosa era o AI-5. Por esse motivo, seu mandato presidencial ficou marcado como o mais repressivo do período da ditadura. Exílios, prisões, torturas e desaparecimento dos cidadãos fizeram parte do cotidiano de violência repressiva imposta à sociedade.

Siglas como Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e Doi-Codi (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) ficaram conhecidas pela brutal repressão policial-militar. Com a censura, todas as formas de manifestações artísticas e culturais sofreram restrições. No fim do governo Médici, em 1974, as organizações de luta armada foram dizimadas.

Na área econômica, o governo colheu os frutos do chamado milagre econômico, que representou a fase áurea de desenvolvimento do país, obtido por meio da captação de enormes recursos e de financiamentos externos. Todos esses recursos foram investidos em infraestrutura: estradas, portos, hidrelétricas, rodovias e ferrovias expandiram-se e serviram como base de sustentação do vigoroso crescimento econômico. O PIB (Produto Interno Bruto) chegou a crescer 12% ao ano, e milhões de empregos foram gerados.

Em curto e médio prazos, esse modelo de desenvolvimento beneficiou a economia, mas, no longo prazo, o país acumulou uma dívida externa cujo pagamento (somente dos juros) bloqueou a capacidade de investimento do Estado. A estabilidade política e econômica obtida no governo Médici permitiu que o próprio presidente escolhesse seu sucessor: o general Ernesto Geisel (Arena) foi designado para ocupar a Presidência da República, que o fez de 1974 a 1979.

1974-1979 - uma crise internacional do petróleo pôs fim ao "milagre econômico" de que o Brasil usufruía e teve início a escalada inflacionária. No plano político, ocorreu uma gradual abertura, que prenunciava a redemocratização do país *Arquivo Nacional*

O término do governo Médici coincidiu com o fim do milagre econômico. O aumento vertiginoso dos preços do petróleo, principal fonte energética do país, a recessão da economia mundial e a escassez de investimentos estrangeiros interferiram negativamente na economia interna.

Na área política, Geisel previu dificuldades crescentes e custos políticos altíssimos para a corporação militar e para o país, caso os militares permanecessem no poder indefinidamente. Ademais, o MDB conseguiu expressiva vitória nas eleições gerais de novembro de 1974, conquistando 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e as prefeituras da maioria das grandes cidades. Por essa razão, o presidente iniciou o processo de distensão "lenta e gradual" em direção à abertura e à redemocratização.

Na época, militares radicais (denominados pelos historiadores como a "linha-dura"), que controlavam o sistema repressivo, ofereceram resistência à política de liberalização, com tentativas de golpe para a deposição do presidente. É preciso lembrar que o conflito interno nas Forças Armadas, decorrente de divergências com relação à condução do Estado brasileiro, esteve presente desde a tomada do poder pelos militares até o fim da ditadura.

Entre o fim de 1975 e início de 1976, ocorreram os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, em São Paulo, evidências para a sociedade das ações da máquina de repressão. Pelos homicídios, os militares linha-dura foram desmoralizados, acelerando a necessidade de abertura política e redemocratização.

Movimentos sociais – Quando acabou mandato de Geisel, em 1979, a sociedade brasileira tinha sofrido muitas transformações. A repressão havia diminuído; as oposições políticas, o movimento estudantil e os movimentos sociais começaram a se reorganizar. Em 1978, o presidente revogou o AI-5 e restaurou o habeas corpus e, no ano seguinte, conseguiu fazer seu sucessor na figura do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (PDS).

Figueiredo foi o último general presidente (1979-1985), encerrando o período da ditadura militar, que durou mais de duas décadas. O general acelerou o processo de liberalização política e, em seu governo houve a aprovação da Lei de Anistia, que permitiu o retorno ao país de milhares de exilados políticos. A Lei também concedeu perdão para aqueles que cometeram crimes políticos.

A anistia foi mútua, ou seja, se por um lado voltaram os exilados, por outro, os militares envolvidos em ações repressivas que provocaram torturas, mortes e o desaparecimento de cidadãos ficaram impunes.

Neste governo, o pluripartidarismo foi restabelecido. A Arena mudou a sua denominação e passou a ser PDS (Partido Democrático Social); o MDB passou a ser PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Surgiram novas siglas, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O governo Figueiredo também enfrentou a resistência de militares radicais, que não aceitavam o fim da ditadura. Essa resistência tomou a forma de atos terroristas. Cartas-bombas eram deixadas em bancas de jornal, editoras e entidades da sociedade civil (Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, entre outras). O caso mais grave e de maior repercussão ocorreu em abril de 1981, quando uma bomba explodiu durante um show no centro de convenções do Rio Centro. O governo, porém, não investigou devidamente o episódio. Na área econômica, a atuação do governo foi medíocre, os índices de inflação e a recessão aumentaram drasticamente.

Povo nas ruas- No último ano do governo Figueiredo surgiu o movimento das Diretas-Já, que mobilizou a população em defesa de eleições diretas para a escolha do presidente da República. O governo, porém, resistiu e conseguiu impedir a aprovação da Lei Dante de Oliveira. Assim, o

sucessor de Figueiredo foi escolhido indiretamente pelo Colégio Eleitoral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheu o deputado Tancredo Neves (PMDB) como novo presidente da República. Tancredo derrotou o então deputado Paulo Maluf, mas adoeceu e morreu antes de assumir o cargo. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente José Sarney, também do PMDB.

**Colaborou Henri Chevalier*

Portal da CUT

Solidariedade internacional: juventude da CUT na luta pelos direitos dos trabalhadores da Nissan nos EUA

20/03/2014

Vídeo conferência com representantes da UAW e estudantes de Mississippi debate iniciativas conjuntas para combater as práticas antissindicais da empresa

Escrito por: William Pedreira

Desde que iniciaram a campanha de sindicalização, trabalhadores da fábrica japonesa Nissan, instalada na cidade de Canton, no Mississippi – Estado Unidos - passaram a sofrer intimidação, ameaça e pressão psicológica.

Diante de tamanho ataque, o Coletivo Nacional de Juventude da CUT promoveu nesta terça (18) uma vídeo conferência com representantes da UAW (United Auto Workers), sindicato que representa os metalúrgicos dos Estados Unidos, e um grupo de estudantes do Mississippi, para dialogar e debater a construção de iniciativas conjuntas na luta para que a Nissan respeite os direitos trabalhistas.

Nos Estados Unidos, que se consideram a democracia perfeita, há uma forma diferenciada de legislação trabalhista. Não existe o direito a livre associação, os trabalhadores não têm representação sindical e acordo de negociação coletiva. A sindicalização só é permitida caso aprovada em plebiscito por 50% mais um dos trabalhadores de uma empresa.

A partir desta realidade, a Nissan tem utilizado diversos subterfúgios para intimidar e pressionar os trabalhadores, que vão desde reuniões com comparecimento obrigatório dos trabalhadores onde são expostos os 'possíveis' prejuízos para o Estado com o fortalecimento do sindicalismo, até ameaças de fechamento da fábrica.

As condições de trabalho também deixam a desejar. Hoje, a proporção de trabalhadores temporários atinge quase metade na planta de Canton. E os planos da Nissan são de num futuro próximo alcançar uma proporção de mais temporários do que efetivos. Em relação à saúde e segurança, tanto na fábrica no Mississippi, como na coirmã no Tennessee, o histórico de lesões apresenta-se acima da média nacional.

O secretário nacional de Juventude da CUT, Alfredo Santos Jr., atenta para o fato de que o capital se organiza internacionalmente, explorando trabalhadores e a população, promovendo a desregulamentação e a retirada de direitos. "E não existe uma saída individual, é a unidade da classe trabalhadora que fará a diferença. A CUT acredita no internacionalismo proletário e vamos coletivamente encontrar a melhor forma de emancipação da classe trabalhadora", declarou.

Representantes da UNE, MST e PT presentes na atividade também expressaram solidariedade aos trabalhadores da Nissan e se colocaram a disposição para construir ações conjuntas no Brasil. O dirigente da CUT completou dizendo que a Jornada de Lutas da Juventude será uma oportunidade para denunciar as práticas antissindicais promovidas pela Nissan e por outras multinacionais.

Faça melhor, Nissan - A campanha mundial para denunciar as atitudes antissindicais da Nissan já conta com diversos apoios, como do ator Danny Glover, líderes do parlamento, dirigentes sindicais de vários países e a comunidade local.

Os estudantes de Mississippi formaram uma Aliança dos Jovens por Justiça na Nissan com cerca de 70 organizações tendo no horizonte de atuação a clareza de que os direitos civis são indissociáveis dos direitos trabalhistas, parte de uma luta global da juventude por mudanças.

Esta coalisão de entidades tem promovido ações diretas para mostrar a empresa que há jovens dispostos a se engajarem nesta luta.

O secretário de Assuntos Internacionais da CNM-CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos), João Cayres e o presidente da CUT, Vagner Freitas, estiveram no começo do ano passado no Mississippi liderando uma delegação de dirigentes sindicais para verificar e denunciar a intimidação e as ameaças da Nissan para impedir os trabalhadores de se organizarem em um sindicato.

"Não é apenas na Nissan, é uma questão cultural enraizada no sul dos Estados Unidos, região de tradição anti-sindical e aversão à organização popular", relata João Cayres.

Em Chattanooga, trabalhadores da Volkswagen realizaram o plebiscito com aprovação superior a 70% em apoio à sindicalização. "Por pressão das entidades representativas, a Volks manteve-se neutra no processo. Mas a ameaça vem neste caso de deputados e prefeitos dizendo aos trabalhadores que caso se sindicalizem vão cortar os incentivos fiscais", ressaltou o dirigente da CNM/CUT. Ele afirmou que a entidade continuará denunciando todas as práticas antissindiais na Nissan e apoiando os companheiros na organização justa e democrática.

Portal da CUT

Em apoio à greve geral do dia 26 no Paraguai, CSA destaca papel da solidariedade contra o neoliberalismo

20/03/2014

Victor Báez defende aumento do salário mínimo e fortalecimento do Estado, com os ricos pagando impostos

Escrito por: Leonardo Severo - CUT Nacional

Em entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho o secretário geral da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), Victor Báez Mosquera destaca a importância da greve do próximo dia 26 de março convocada pelos movimentos sindical e social do Paraguai, denuncia a política neoliberal de desmonte do Estado aplicada pelo presidente Horacio Cartes, condena o arrocho salarial e o abuso da lei de Aliança Público-Privada (APP) – recentemente aprovada - que concentra poderes no Executivo, afastando o parlamento das decisões sobre as "concessões" de áreas estratégicas para o desenvolvimento e sublinha o papel da solidariedade internacional.

A greve geral convocada para a próxima quarta-feira (26) tem o eixo "contra o arrocho, o entreguismo e a privatização selvagens". Como a CSA avalia a mobilização?

Victor Báez Mosquera - Durante a sua candidatura à Presidência da República Horacio Cartes declarou que se os Sindicatos estavam contra o progresso, lançaria a população contra o movimento sindical. A partir de então, implantou uma Lei de Aliança Público-Privada (APP) em que fica com todo o poder de decisão sobre o patrimônio nacional, determinando quem vai fazer esta "parceria" e como ela vai ser feita. Isso é algo grave, pois é uma definição sobre o desenvolvimento, os investimentos em infraestrutura, e sobre a própria democracia, já que seriam bilhões que ficariam à mercê do governo sem qualquer controle da população nem do parlamento. Desta forma, o presidente paraguaio defende o começo das privatizações selvagens na área da energia e da construção, a exemplo do proposto para a Administração Nacional de Eletricidade (ANDE), com a participação de parceiros estrangeiros. Para justificar a sua privatização, a ANDE está sendo bombardeada de fora e dinamitada por dentro, com a perda de US\$ 700 milhões anuais, o que impede o reinvestimento na melhora dos serviços, que vão caindo de qualidade. Sem os recursos necessários, começam os blecautes, os apagões, trazendo dor de cabeça para a população, o que joga água no moinho privatista, fortalecendo a campanha dos meios de comunicação para que o Estado se desfaça de um patrimônio que é de todos.

Como está a questão do arrocho salarial, um dos motores do protesto?

A perda do salário mínimo neste último período alcança 25% - de um salário que sequer cobre a cesta básica - e os 10% propostos pelo governo não suprem nem de longe esta defasagem, não repõem as perdas recentes. O governo argumenta que o Estado não tem dinheiro, mas o fato é que se faltam recursos, é porque os ricos não pagam imposto. Vale lembrar que os bancos já pagaram 30%, agora, no momento que estão ganhando mais do que nunca, estão pagando apenas 10%. Além disso, é irrisório o valor pago pelos grandes latifundiários, sem falar em setores como os exportadores de carne, que não pagam imposto. O governo precisa entender que é aí onde está a grana para o desenvolvimento do país, que virão daí os recursos para melhorar os salários, para a economia nacional sair fortalecida.

E como avançar sem liberdade sindical?

Não há liberdade sindical no Paraguai, que mais parece um país centro americano que fica no Cone Sul do Continente. O atual governo criou um Ministério do Trabalho que sequer nomeou um ministro. Enquanto isso os Sindicatos recém-formados estão vendo os seus dirigentes serem demitidos massivamente. Para ter uma ideia da situação da região, atualmente o índice de sindicalização no Paraguai é de 7%, enquanto no Brasil é de 16% e na Argentina e no Uruguai superam os 30%. No Paraguai a Negociação Coletiva alcança apenas 2% dos trabalhadores, enquanto no Brasil e na Argentina esse índice é de 60% e no Uruguai é de 89%.

A greve é para derrubar o presidente, como alega o governo e sua mídia?

Há uma contraofensiva propagandística do governo que tem afirmado que a greve da próxima quarta-feira (26) é para derrubar o presidente, o que é um argumento mentiroso. O fato é que a situação de desigualdade é absurda, a concentração de riqueza é imensa e a informalidade,

segundo a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), alcança 81,6%. A greve é contra a injustiça, para provocar uma virada nos rumos do governo, para que passe a atender a área social.

Qual a sua avaliação do papel da solidariedade neste momento?

Creio que a solidariedade cumpre um papel chave neste momento para dar a necessária visibilidade à luta do povo paraguaio contra a hegemonia neoliberal. Com apoios como o da CUT-Brasil, o movimento sindical internacional está dizendo que existe uma alternativa à política de desmonte do Estado, que passa pelo crescimento econômico, por políticas como a de valorização do salário mínimo conquistadas pelas centrais sindicais brasileiras.

Diap, 21/03/14

Brasil não está à beira do abismo, avalia Krugman

O Brasil passa por um momento de reavaliação, mas não está à beira do abismo, afirmou ontem Paul Krugman, economista americano e ganhador do prêmio Nobel de 2008, durante evento promovido pela revista "CartaCapital", em São Paulo. A fonte de receios para o país, no entanto, existe e se chama China, país próximo de uma crise que pode trazer choques ao Brasil.

Para Krugman, a economia brasileira conta hoje com mais estabilidade, sem a perspectiva de colapso que a acompanhava no passado quando grandes crises internacionais a atingiam. "Claro que há alguns contratempos, mas sempre que havia um problema nos EUA isso era amplificado na América Latina. Mas não desta vez".

O mergulho do real no auge da crise, disse o economista, correspondeu a um momento de pânico quando todos correram para os títulos americanos, no que chamou de "período do medo". Segundo ele, as pessoas acabaram comprando uma história do Brasil que, no fundo, era melhor do que a realidade, o que levou a um fluxo reverso. "Os mercados temporariamente se apaixonam por um grupo de países e depois se desapaixonam", afirmou o também professor da Universidade de Princeton.

A boa notícia, afirmou ele, é que, na última crise, as coisas não chegaram perto do abismo nos países emergentes, que foram mais resilientes que no passado. Segundo Krugman, houve de fato uma desvalorização grande do real, mas não houve um colapso. "O Brasil não é vulnerável há algum tempo".

O sinal mais forte de alerta vem da economia chinesa, sobre a qual não há certeza nem mesmo se os números são confiáveis. Krugman disse que a China tem uma economia em desequilíbrio, com investimentos que correspondem a 50% do PIB e o consumo, a 30%. Esse mix, afirmou, não tem mais capacidade de sustentar fortes taxas de crescimento. "A China precisa mudar. Inverter essa parcela".

Na opinião de Krugman, a dívida doméstica na China é grande e isso preocupa. "O que vai acontecer quando ocorrer uma parada?". Para ele, o Brasil ainda é uma economia exportadora de commodities - de cerca de dois terços para um terço de manufaturados -, o que significa que o país sofrerá um choque com uma crise na China. "Estou preocupado com esse choque", disse, reforçando que não está falando de catástrofe, mas de algo que deve mexer com o Brasil.

No cenário internacional, o crescimento deve se manter em nível persistentemente lento. Por isso, disse o economista, seria indefensável aumentar juros nesse momento. "A verdade é que, com tanto problema na economia dos EUA, as autoridades monetárias não se importam com o que está acontecendo fora do país".

Em painel de debates com Krugman, o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto disse que o Brasil vai ter que se pensar de modo diferente, já que o mundo não vai ajudá-lo, como nos últimos anos, a alcançar taxas de crescimento mais robustas.

Segundo Delfim, os juros voltaram aos níveis anteriores, alguns preços são controlados, mas não há nenhuma tragédia iminente no horizonte. O ex-ministro, no entanto, subiu o tom ao dizer que é preciso cortar a demanda por energia elétrica e que não se faz isso "debitando prejuízos do sistema energético no orçamento", medida que "só vai produzir inflação no futuro". Para ele, o cenário reduz a disposição de investir.

Para Delfim, é preciso aumentar a confiança entre mercado e governo para o país voltar a crescer a taxas mais altas. A expansão, diz, depende da alta da produtividade do trabalho e quem vai propiciar esse aumento é o setor privado. Krugman também vê um efeito corrosivo ao não se acreditar nas promessas do governo. "Mas isso não é a mesma coisa que dizer que precisamos de um governo menor. Ele pode ser intervencionista, mas precisa seguir as leis que criou. Precisa alimentar um ambiente de previsibilidade". (Fonte: *Valor*)

Organizado por Ernesto Germano